LGBTfobia NA ESCOLA

PROTOCOLO DE ATUAÇÃO E COMBATE

Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SERGIPE GOVERNO DO ESTADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

FAPESE
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe

Produção
Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES)

Apoio
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Secretaria de Estado da Educação Sergipe (SEED)
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE)

Organização
Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)
Mariana Silva Espinola (UFS)
Marina de Oliveira Soares (UFS)
Dalila Xavier de França (UFS)
Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)

Comissão de Elaboração
Dalila Xavier de França (UFS)
Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)
Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)
Mariana Silva Espinola (UFS)
Marina de Oliveira Soares (UFS)
Kaline da Silva Lima (UNIFOR)
Ana Beatriz dos Anjos Silva (UFS)
Adriano Santos dos Anjos (UFS)
Joana dos Santos (UFS)
Barbara Santana Ribeiro (UFS)

Comissão de Revisão
Jean Jesus Santos (UFS)
Mozer de Miranda Ramos (UFS)

Revisão Textual
Luciana Mariz

Foto de Capa
Sumaia Vilela (Agência Brasil)

Fábio Cruz Mitidieri
GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

José Macedo Sobral
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE / SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Francisco Marcel Freire Resende
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Edson Costa dos Santos
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eliane Passos Santana
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO SISTEMA EDUCACIONAL-DASE

Adriane Álvaro Damascena
CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS ESCOLARES PARA OS DIREITOS HUMANOS

Pedro de Santana Santos
COORDENADOR DO PROGRAMA ACOLHER

DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

DRE 1 – Franz Russemberg da Silva Santos
DRE 2 – Daniela Santos da Silva
DRE 3 – Gadston dos Santos
DRE 4 – Handresha da Rocha Santos
DRE 5 – Elaine Silva Tomé
DRE 6 – Max Cardoso Silva
DRE 7 – Maria das Graças Albuquerque Melo
DRE 8 – Marleide Cruz de Araújo
DRE 9 – Antônio José de Santana
DEA – Gilvânia Guimarães dos Santos

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA ACOLHER

Ana Mércia Dantas da Silva Santana
Andressa Lílian Rodrigues de Oliveira
Elaine Araújo Canuto
Karinne Nascimento Silva
Lorena Maria Borges Silva
Marcus Vinícius Oliveira Santos
Nayane de Jesus Oliveira Silva Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

LGBTFobia na escola protocolo de atuação e combate [livro eletrônico] / organização Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES). -- São Cristóvão, SE : Ed. dos Autores, 2025. PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-40882-8

1. Discriminação de gênero na escola 2. Diversidade sexual 3. LGBT - Siglas 4. Preconceitos - Aspectos sociais I. Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES).

25-263342 CDD-379.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual e de gênero : Educação 379.2

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apresentação

A cooperação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) é de fundamental importância para subsidiar e compreender as políticas públicas, a partir de dados oriundos das pesquisas acadêmicas. O material pedagógico apresentado a seguir, sob a forma de 7 (sete) protocolos que concernem às principais modalidades de violências e violações praticadas e percebidas na comunidade escolar – racismo, sexismo, LGBTfobia, classismo, intolerância religiosa; capacitismo; bullying e cyberbullying; – são o produto de uma rigorosa pesquisa fruto do Observatório das Violências e Conflitos Sociais na Rede Estadual de Ensino de Sergipe: Ações de Prevenção e Controle (UFS), a partir do diagnóstico da incidência dessas violências e violações em uma amostra representativa dos estudantes em 10 (dez) escolas circunscritas nas Diretorias Regionais de Educação do Estado de Sergipe.

Os protocolos apresentados servirão de embasamento técnico para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências nas 10 (dez) unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, orientando os profissionais que acompanharão os estudantes nas ações de prevenção e enfrentamento a essas modalidades de violência.

Cabe destacar que a SEED, por meio da Portaria n° 3625/2020, implementou a política de Promoção de Paz nas Unidades Escolares, considerando o crescente e notório aumento dos índices de violência no ambiente escolar, a necessidade da promoção de um espaço de acolhimento e cuidados, da difusão de práticas que estimulem a sensação de pertença dos estudantes, e do estímulo contínuo ao desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Dentre as diretrizes da mencionada Portaria destaca-se a importância do estabelecimento de parcerias entre a escola e as Instituições de Ensino Superior (IES), para ações de colaboração na formulação de estratégias que visam a implementação da política da paz, observadas as diretrizes da SEED. Assim, compreende-se que as estratégias de intervenção indicadas nos protocolos elaborados pela equipe do Observatório deverão contribuir para a melhoria do clima escolar, na perspectiva da promoção da cultura de paz e não violência.

Ademais, o convênio celebrado entre os Departamentos de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a SEED buscará expandir o escopo das ações de formação continuada da equipe técnica que compõe o Programa de Acolhimento Psicossocial nas Escolas Estaduais de Sergipe (Programa Acolher) e demais profissionais da escola pública, bem como atingir um maior número de unidades escolares, além daquelas que foram inicialmente designadas como escolas-piloto para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências e Conflitos Sociais.

Programa Acolher
Secretaria de Estado da Educação

Sumário

1 Introdução 7

2 O que é LGBTfobia? 9

3 Quais as principais formas de expressão da LGBTfobia? 13

4 Como a LGBTfobia é reproduzida na escola? 15

5 Quais os impactos da LGBTfobia? 17

6 A função da escola no combate da LGBTfobia 19

7 O papel do(a) professor no combate da LGBTfobia 21

8 O papel da gestão escolar no combate da LGBTfobia 23

9 O papel da família no combate da LGBTfobia 25

10 O papel da psicologia escolar no combate da LGBTfobia 27

11 Uma situação de LGBTfobia ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso? 31

12 Como combater a LGBTfobia na escola: intervenções e indicações de materiais. 35

13 Canais de denúncia 42

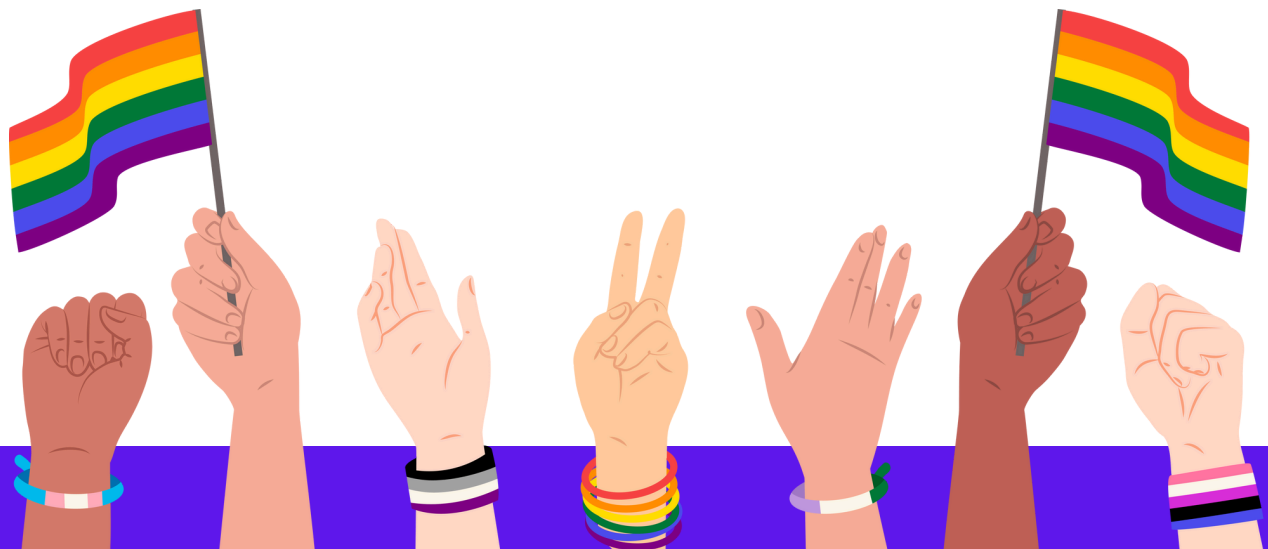
14 Relatório para registro de ocorrências de preconceito na escola 43

15 Referências 45

1.Introdução

A presença da diversidade sexual e de gênero nas escolas é reflexo da riqueza da diversidade humana na sociedade. Reconhecer e respeitar essa diversidade é essencial para se criar um ambiente educativo inclusivo, em que todos os estudantes, independentemente de sua identidade sexual e de gênero, sintam-se seguros, apoiados e valorizados. Promover a aceitação e o respeito pela diversidade nas escolas não apenas enriquece o aprendizado e a convivência, mas também prepara os estudantes para viver e interagir em uma sociedade plural e igualitária.

Este protocolo foi desenvolvido no âmbito do Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES) e surge da urgente necessidade de enfrentar e combater a LGBTfobia nos ambientes escolares. A LGBTfobia é uma questão que fere os direitos humanos e exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar e da sociedade para o seu enfrentamento. Este material visa fornecer uma maior compreensão sobre o tema, bem como estratégias práticas para criar um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, livre dos preconceitos.



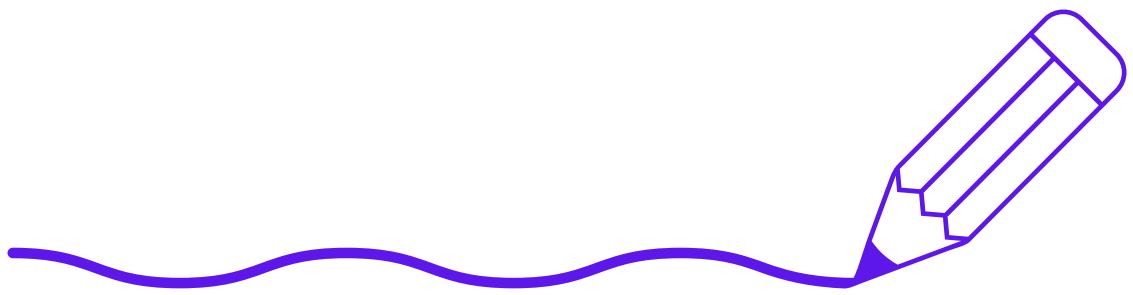
Neste material, apresentamos o conceito de LGBTfobia, suas principais formas de expressão na sociedade e no ambiente escolar, bem como os impactos desse fenômeno na saúde mental e na aprendizagem escolar dos estudantes, destacando a urgente necessidade de intervenção. O combate à LGBTfobia exige compromisso, conhecimento e ação conjunta de toda a escola. Por isso, neste protocolo são apresentados os papéis dos atores escolares para a criação de um ambiente seguro e inclusivo para pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero. Além disso, apresentamos políticas e práticas que podem ser implementadas pelos profissionais da comunidade escolar para promover o respeito e a aceitação da diversidade sexual e de gênero, bem como discutimos maneiras pelas quais os pais e os responsáveis podem colaborar com a escola para garantir um ambiente seguro e respeitoso para todos os estudantes.

Desejamos uma excelente leitura e um bom aproveitamento deste material!

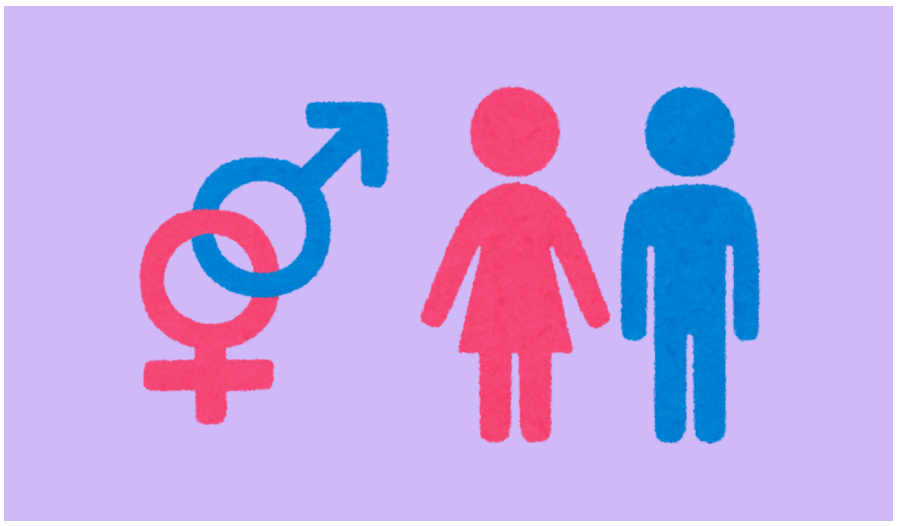
2. O que é LGBTfobia?

A LGBTfobia é uma forma de preconceito, discriminação ou aversão dirigida contra indivíduos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e outras identidades de gênero e orientações sexuais minorizadas. LGBTfobia é um neologismo que parte da sigla LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis; o + representa outras minorias sexuais e de gênero, como pansexuais, assexuais e intersexuais) para se referir ao preconceito e à discriminação direcionada a pessoas desse grupo [1].

Similar à expressão da LGBTfobia, existe o 'heterossexismo', que tem origem na palavra 'heterossexualidade' e sugere a superioridade da norma heterossexual em detrimento de outras expressões de sexualidade e gênero [2]. A LGBTfobia e o heterossexismo partem do entendimento de que a sexualidade é binária e biologicamente definida, ou seja, a feminilidade e a masculinidade são entendidas como naturais e complementares, fruto da dicotomia homem e mulher, e as únicas formas que o gênero e a sexualidade humana podem assumir, a partir da heterossexualidade e da cisgeneridade. Assim, a LGBTfobia e o heterossexismo são sistemas que atuam para fundamentar e reproduzir uma norma sexual e de gênero no âmbito social, político e institucional [3].



A LGBTfobia e o heterossexismo partem de uma mesma matriz ideológica e visam institucionalizar o preconceito e criar normas que concebem a heterossexualidade e a cisgeneridade como naturais, imparciais e únicas formas de expressão da sexualidade humana. Esses sistemas criam, por exemplo, a concepção de que as relações heterossexuais, em que o homem biológico se atrai afetivamente apenas pela mulher biológica e vice-versa, são o padrão a ser seguido e possuem superioridade em relação a outros tipos de vivências. Essas ideologias não afetam somente pessoas que não se identificam como heterossexuais, mas qualquer indivíduo que se afaste dos padrões comportamentais impostos socialmente para homens e mulheres, e isso também se refere às pessoas transexuais [4].



Feminilidade e masculinidade são entendidos como naturais e complementares no sistema heterossexista.

A LGBTfobia compromete o bem-estar coletivo, afeta a dignidade das vítimas, enfraquece os direitos humanos e cria um ambiente social hostil. Pessoas LGBT+ são as principais vítimas. Mas quem são as pessoas representadas nessa sigla? Vejamos a seguir o seu significado.

Lésbica

Mulheres que sentem atração afetiva/sexual por outras mulheres

Gay

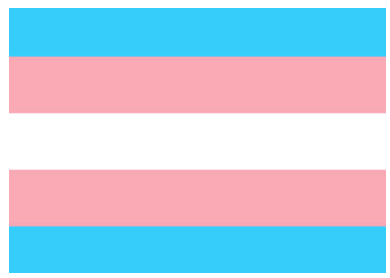
Homens que sentem atração afetiva/sexual por outros homens

Bissexual

Indivíduos que sentem atração afetiva/sexual por pessoas de diferentes gêneros, incluindo homens e mulheres.

Trans

Pessoas transexuais, travestis e transgêneras são aquelas que se identificam com um gênero diferente do que lhes foi socialmente atribuído no nascimento



Queer

Individuos que fogem do padrão heterocisnormativo

Interssexual

Indivíduos com características sexuais, físicas ou hormonais que divergem das noções tradicionais de macho ou fêmea

Assexual

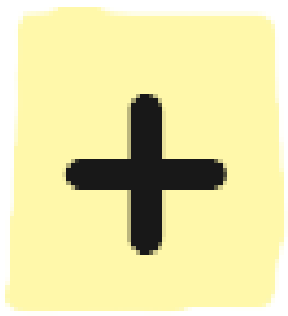
Indivíduos que não sentem ou sentem pouca atração afetiva/sexual

Pansexual

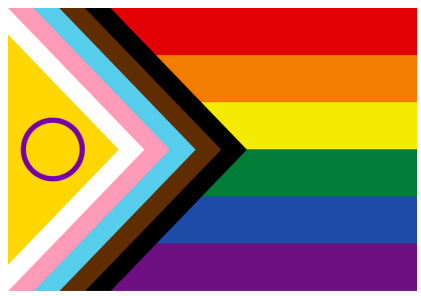
Indivíduos que sentem atração afetiva/sexual, independente do gênero

Não-binariedade

Indivíduos que não se enquadram nos padrões binários de gênero e podem se identificar com gêneros que vão além do masculino e do feminino



Os outros tipos de orientações afetivas, sexuais e de identidades de gênero não representados pelos termos anteriores



3. Quais as principais formas de expressão da LGBTfobia?

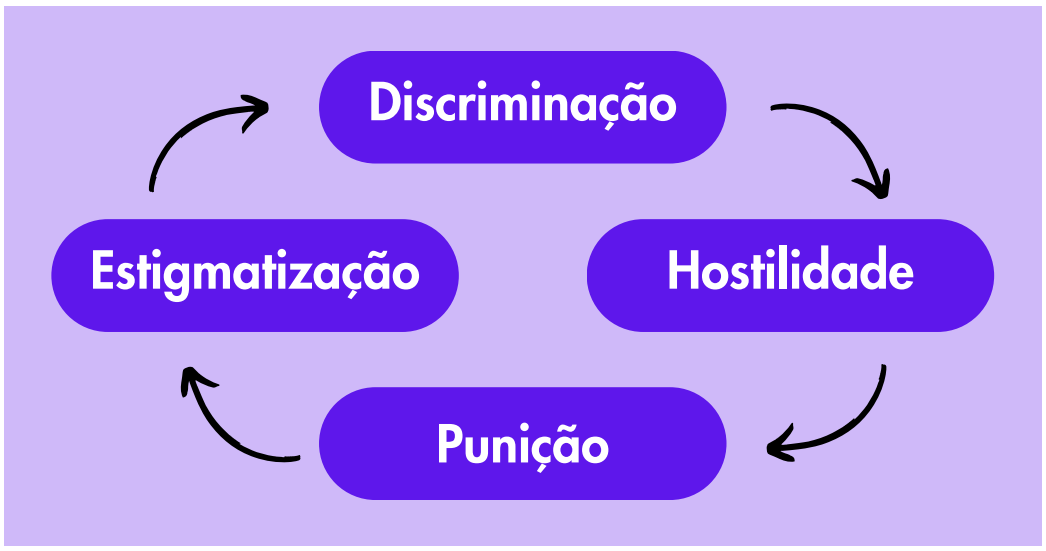
A LGBTfobia está presente na sociedade e se expressa na vida cotidiana em diferentes formas e dimensões. Pessoas LGBTs, por vivenciarem identidades sexuais e de gênero diferentes dos paradigmas da heterocisnormatividade, costumam ser vistas como desviantes, anormais ou até mesmo patológicas. A exclusão e a discriminação dessas pessoas resultam de um conjunto de atitudes, normas e crenças errôneas e preconceituosas sobre elas [5].

Na sociedade, a LGBTfobia se expressa por meio de um conjunto de práticas e discursos que regulam e disciplinam comportamentos considerados desviantes das normas de gênero e sexualidade. Essas práticas não são centralizadas, mas operam em diversas esferas da vida cotidiana, como escolas, famílias, locais de trabalho e instituições religiosas [6].

A LGBTfobia também se expressa por meio de tratamentos discriminatórios e hostis direcionados aos indivíduos que não correspondem aos padrões heterocisnormativos estabelecidos. Qualquer tipo de expressão de gênero e sexualidade que não corresponde ao modelo heterocisnormativo tende a ser estigmatizado e submetido a práticas culturais de vigilância e punição que cerceiam o acesso a direitos fundamentais e a oportunidades [7].

Como consequência dessa hostilidade, pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam obstáculos significativos em vários campos em virtude da discriminação e do preconceito, como entraves no acesso igualitário à educação, à saúde, ao direito de ir e vir e às oportunidades de trabalho, por exemplo. Em um ambiente em que a igualdade e o reconhecimento de direitos são comprometidos, não é possível a plena inclusão e participação desses indivíduos na sociedade [7][8].

Além disso, a expressão da LGBTfobia está ligada ao fenómeno do sexismo, que frequentemente se manifesta como formas de violência contra as mulheres. O sexismo e a LGBTfobia compartilham raízes comuns no preconceito de gênero e na normatividade heterossexual. Ambos os tipos de discriminação surgem de construções sociais e culturais que promovem a superioridade de um gênero sobre outro e a cisheterossexualidade como norma padrão. Tanto o sexismo quanto a LGBTfobia são reforçados por normas de gênero rígidas e tradicionais, que ditam como homens e mulheres devem se comportar e viver, e parte da crença de que o feminino é inferior, assim como tudo o que se assemelha a ele. Essas normas excluem e marginalizam aqueles que não se conformam com elas, incluindo pessoas LGBT+.



4.Como a LGBTfobia é reproduzida na escola?

- A escola é um reflexo da sociedade mais ampla e, por vezes, produz e reproduz a LGBTfobia. Essa forma de discriminação cria um ambiente escolar hostil para todos, principalmente para pessoas LGBT+, que, muitas vezes, são perseguidas e hostilizadas.

- A expressão da LGBTfobia na escola é marcada por diferentes formas de violências. Discriminações contra pessoas LGBT+ ocorrem, muitas vezes, por meio de xingamentos e ofensas verbais (como “viado”, “bicha”, “sapatão”), ataques físicos (como agressões, chutes, socos, empurrões, brigas), perseguição, exclusão, bullying ou até mesmo nos próprios materiais didáticos, ao reproduzirem a ideologia da heterocisnormatividade [9].

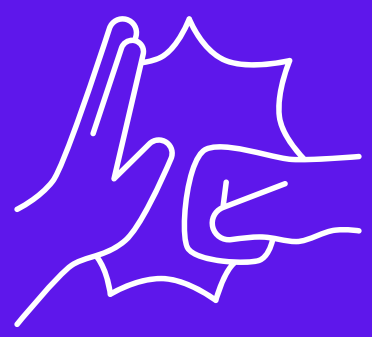
- O silenciamento de assuntos relacionados à diversidade sexual também naturaliza a LGBTfobia, uma vez que os casos de preconceito podem passar despercebidos ou serem ignorados pelos estudantes e pelos professores. Esse silenciamento, por vezes, ocorre tanto pela influência do próprio preconceito quanto pela falta de informação e preparo dos profissionais da comunidade escolar em lidar com o tema [9].

- Atualmente a sociedade e a mídia têm dado mais visibilidade a casos de LGBTfobia nas escolas. Uma reportagem do G1 (2022), com o título: “Adolescente afirma ter sido espancado por homofobia após episódios de bullying em escola de Arujá”, relatou o caso de um adolescente de 16 anos que sofreu violências físicas e verbais, que começou com o bullying e chegou a atos violentos mais severos, como chutes e socos que levaram o jovem a desmaiar. O adolescente afirmou na reportagem que denunciou os atos à diretoria e ao conselho tutelar e nada foi feito para apoiá-lo.

Em outro caso divulgado pelo G1 (2022), uma adolescente de 12 anos relatou ser vítima de homofobia, racismo e gordofobia em uma escola particular do Rio de Janeiro: 'Lésbica, Preta, Gorda'. O relato da adolescente destacou como a violência era perpetrada principalmente no ambiente digital, com postagens ofensivas contra ela feitas por outros estudantes da escola.

Situações como essas causam diversos danos na vida dos estudantes, impactando profundamente o seu bem-estar físico, psicológico e educacional, trazendo prejuízos não somente para as vítimas, mas também para toda a comunidade escolar.

Violências Físicas



Violências Psicológicas

Violências Verbais

Violências Institucionais

5.Quais os impactos da LGBTfobia?

Os impactos da LGBTfobia são amplos e afetam diversas áreas da vida das pessoas LGBT+, desde a saúde mental e física até a sociabilidade e o desempenho escolar dos estudantes.

- Estudantes que enfrentam LGBTfobia podem experimentar dificuldades de concentração e baixo desempenho escolar devido ao ambiente hostil e ao estresse associado. A LGBTfobia causa o isolamento social e a exclusão de pessoas LGBT+, dificultando a inclusão e as oportunidades de socialização na escola. Além disso, pode levar à evasão escolar, prejudicando as oportunidades educacionais e futuras para os estudantes afetados (Santos & Cerqueira-Santos, 2020).

- A LGBTfobia na escola tem graves consequências para o bem-estar das vítimas. O estigma, a rejeição e a discriminação podem levar a sentimentos de desesperança, autorrejeição, sentimento de inferioridade e baixa autoestima, prejudicando a construção de uma identidade positiva e saudável das pessoas LGBT+ (Natarelli et al., 2015)

- A LGBTfobia está fortemente associada a problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e estresse crônico. O sofrimento psíquico resultante coloca essas pessoas na posição de marginalizadas e vulneráveis, o que pode levar a comportamentos de risco, como aumento do uso de drogas e ideação suicida [9][10].

Natarelli et al. (2015), no estudo "O impacto da homofobia na saúde do adolescente", apresentam relatos de LGBTfobia e suas consequências na saúde das vítimas, por exemplo:

- "O Stress é muito grande, com relação a isso [...]. Eu já vomitei, porque sabe, quando você fica tão.... Chorando e mal, e você fica mal mesmo, e aí dá aquela reviravolta no estômago e volta tudo, eu já vomitei uma vez, foi estranho e é o stress, é bastante (A2)."

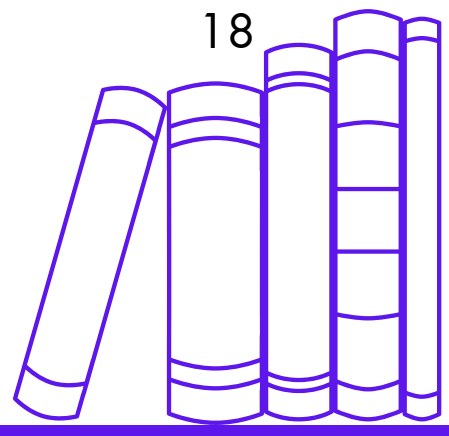
- "Isso me prejudicou que, eu entrei em depressão por causa disso, e eu já tentei suicídio várias vezes por causa disso também, eu estou começando a superar, e aconteceu já faz vários anos o episódio mais grave [...] (A9)."

- "Eu com 13 anos eu entrei em depressão [...]. Eu já não dormia porque eu sabia que eu ia sofrer preconceito no outro dia e ficava pensando nisso o tempo inteiro, então eu, sabe, te deixa mal, se você deixar levar pelo preconceito, te deixa muito mal, afeta muito a saúde, afetou muito a minha saúde (A3)."

PRINCIPAIS IMPACTOS

- Uso de drogas
- Depressão
- Ansiedade
- Ideias suicidas
- Problemas de saúde

Diante desse cenário, a escola cumpre um papel fundamental no combate à LGBTfobia e deve buscar promover ambientes seguros e inclusivos para todos os estudantes, onde cada indivíduo possa se sentir respeitado e protegido, sem sofrer preconceito e discriminação.



6. A função da escola no combate à LGBTfobia

A escola desempenha um papel fundamental no combate à LGBTfobia, pois é o local onde diferentes formas de diversidade humana coexistem, incluindo pessoas de diversas culturas, religiões, etnias, gêneros e orientações sexuais. Essa convivência exige uma abordagem educativa que valorize e respeite a diversidade, buscando superar preconceitos existentes.

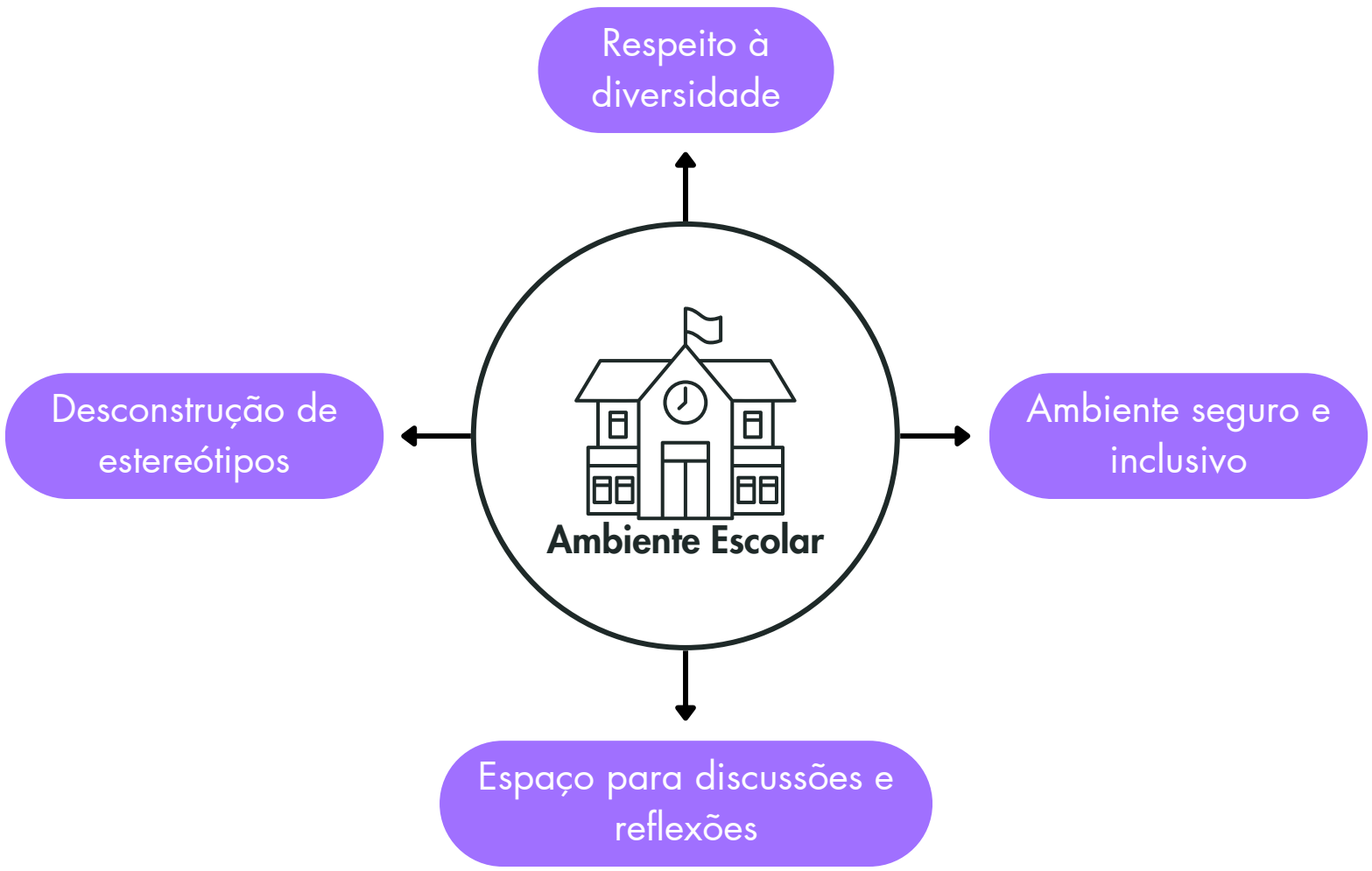
A escola é um espaço crucial para o desenvolvimento dos estudantes e tem um papel fundamental na promoção de uma cultura de **respeito** à diversidade e deve possibilitar oportunidades para que todos os estudantes possam expressar de forma saudável e legítima as suas identidades sexuais e de gênero. Para isso, a escola deve proporcionar espaços para discutir e refletir sobre a importância do respeito pelas diferenças e garantir um ambiente seguro e inclusivo para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Um passo fundamental é incluir nos currículos e nas atividades escolares reflexões sobre temas como diferenças, diversidade, discriminação, preconceito e violência, permitindo que, ao longo do ano, os profissionais da escola, como os professores, possam desenvolver e fortalecer estratégias de enfrentamento da LGBTfobia. Para isso, é essencial que os professores estejam bem preparados e que os programas educacionais abordem a diversidade sexual e de gênero de forma aberta e informativa. Ao abordar esses temas, a escola reduz a desinformação e contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos que frequentemente dão base à LGBTfobia.

O combate à LGBTfobia na escola exige compromisso, conhecimento e ação conjunta de toda a comunidade escolar. Quando todos os atores que compõem a comunidade escolar buscam combater o preconceito e promover um ambiente de respeito pela diversidade, eles contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, além de fazer com que os estudantes se sintam valorizados, protegidos e possam viver com dignidade, justiça e respeito.

A função da escola

Como a escola pode atuar no combate à LGBTfobia:



7. O papel do(a) professor(a)

Os professores têm um papel fundamental no combate à LGBTfobia, pois são as principais referências dos estudantes na escola e ajudam a educar, proteger, apoiar e transformar a realidade dos estudantes, juntamente com outras instituições, como a família. Ao criar um ambiente escolar inclusivo e seguro, os professores colaboram na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

- Professores não compartilham apenas conhecimentos acadêmicos, mas também ajudam na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de respeitar as diferenças. Por isso é crucial a promoção de estratégias educativas que promovam a tolerância e a valorização da pluralidade.

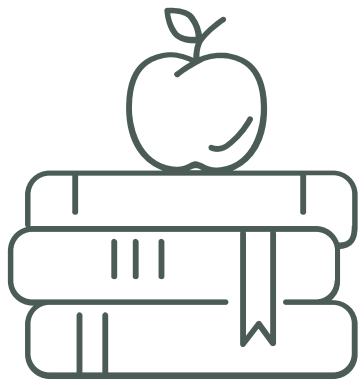
- A sala de aula deve ser um lugar seguro para todos os alunos e os professores devem intervir nos casos de preconceito e estabelecer claramente que tais comportamentos não serão tolerados. Ao intervir nas situações de discriminação, os professores demonstram posicionamento claro contra a LGBTfobia e contribuem no enfrentamento desse preconceito.

- Professores precisam integrar temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no currículo e nas suas aulas, visando promover a compreensão e o respeito às diferenças. Outras ações contra a LGBTfobia incluem a incorporação do tema em projetos de arte, literatura, história e ciências sociais, a participação e promoção, por meio dos professores, para dias de conscientização e eventos escolares que celebrem a diversidade [11].

- Professores também podem ser pontos de apoio para estudantes LGBT+, oferecendo um espaço onde eles possam se sentir ouvidos e compreendidos. Para estudantes que fazem parte do grupo LGBT+, ver um professor participativo no combate da LGBTfobia permite que eles obtenham um ponto de apoio e segurança, muitas vezes não encontrado em outros ambientes.
- Professores devem ser defensores ativos da inclusão, promovendo mudanças nas políticas e nos currículos escolares para fomentar a igualdade e a diversidade. Além disso, trabalhar em parceria com as famílias dos estudantes para possibilitar um ambiente de respeito e inclusão tanto na escola quanto em casa é fundamental [12].
- Os professores devem ter atenção ao modo como a LGBTfobia se expressa para atuar no seu combate. Por exemplo, é fundamental desconstruir valores normativos e estereotipados (como acreditar que determinada cor, música, desenho, esporte ou profissão é de menino ou menina) e promover a inclusão de todos os estudantes nas atividades escolares e nos trabalhos em grupo.
- Além disso, professores devem estar atentos ao risco da influência religiosa na escola para promoção de normas e de controle da diversidade sexual. É de extrema importância que atitudes, valores e crenças religiosas não sejam difundidas nas escolas e utilizadas para reproduzir preconceitos e comportamentos discriminatórios contra pessoas LGBT+.
- Os professores podem cooperar para a superação da LGBTfobia ao adotar uma postura ativa na busca pela inclusão da diversidade, ao manter um olhar atento para identificar possíveis práticas discriminatórias e ao buscar mecanismos para assegurar que todos os alunos tenham suas diferenças acolhidas e seu direito à educação plenamente assistido [13].

Ademais, é essencial que os professores sejam capacitados para lidar com a LGBTfobia, por meio de formação contínua e treinamentos sobre diversidade e inclusão, a fim de estarem sempre atualizados e melhor preparados para lidar com questões LGBT+ na escola [11].

8. O papel da gestão escolar



A gestão escolar desempenha um papel crucial no combate à LGBTfobia. Seu papel inclui articular ações de diagnóstico e enfrentamento dos preconceitos, promover capacitações e formações continuadas para professores e funcionários sobre questões de gênero e sexualidade e integrar esses temas no currículo e no projeto político pedagógico (PPP) da escola [14].

A UNESCO (2016) aponta um conjunto de recomendações que podem ser aplicadas pelos agentes educativos, sobretudo os gestores, para mitigar a violência com base na orientação sexual e na identidade de gênero nas escolas. Essas recomendações incluem:

Formação e capacitação de educadores:
Proporcionar treinamento contínuo aos professores e demais membros da equipe escolar para lidarem com a violência relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero. Isso envolve integrar esses temas de forma participativa no currículo, capacitando esses atores educacionais a identificar e interromper episódios de violência institucional, em especial a LGBTfóbica, além de oferecer suporte às vítimas, promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor.

Desenvolvimento de políticas antidiscriminatórias:
Implementar políticas abrangentes para prevenir e abordar a violência, incluindo aquela motivada pela orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Estas políticas devem ser baseadas em evidências, incluir termos culturalmente apropriados onde há sensibilidade à diversidade sexual e de gênero, e envolver ativamente estudantes LGBTQIA+ na sua formulação.

Currículo inclusivo e materiais de aprendizagem:
Garantir que os currículos escolares sejam inclusivos, oferecendo informações precisas e respeitosas sobre orientação sexual e identidade de gênero, promovendo uma educação contra a discriminação desde cedo, ao remover conteúdos estigmatizantes dos materiais adotados no processo de ensino-aprendizagem.

Criação de ambientes seguros:
Assegurar ambientes escolares seguros e inclusivos, com políticas claras comunicadas a toda a escola e monitoradas pela própria gestão escolar. Para tanto, é necessário implementar procedimentos eficazes para relatar situações de violência (sistema de denúncia), incluindo mecanismos sensíveis à diversidade sexual e de gênero, e promover regulamentações que apoiem alunos transgêneros, garantindo suporte confidencial e adequado para vítimas, agressores e suas famílias, além de estimular a construção de redes de apoio entre os discentes.

Feedback das estratégias adotadas:
Avaliar programas e estratégias pedagógicas anti-lgtfbobia para verificar sua eficácia, abrangendo desde a forma de implementação, treinamentos, currículo, utilização de mecanismos e custo-benefício das intervenções, além de seu impacto na prevenção e resposta à violência dessa natureza na escola.

Campanhas informativas e parcerias com órgãos da sociedade civil:
Proporcionar acesso a informações precisas e imparciais sobre orientação sexual e identidade/expressão de gênero nas escolas, por meio de campanhas educativas com cartazes, folhetos e filmes. Para envolver mais pessoas nesse processo de sensibilização e combate à violência LGBTfóbica, especialmente a homofobia e transfobia no contexto escolar, também é importante convocar a colaboração de diversos grupos, incluindo pais, sindicatos de professores, organizações estudantis e entidades da sociedade civil. Além disso, parcerias com setores como saúde e serviços sociais podem ser muito úteis para fortalecer o suporte dentro das instituições de educação básica.

Monitoramento e Avaliação Contínua:
Monitorar de forma sistemática e constante a violência no ambiente escolar, incluindo aquela baseada na orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Tal ação implica usar mecanismos existentes de coleta de dados, como pesquisas escolares e sistemas de denúncia, garantindo a inclusão de indicadores sensíveis à violência homofóbica e transfóbica, com desagregação por idade, gênero, orientação sexual e identidade/expressão de gênero.

A gestão escolar deve se tornar mais proativa no enfrentamento da LGBTfobia. É fundamental que as pessoas que compõem a gestão estejam vigilantes às violências que se apresentam como entraves no processo educativo dos estudantes e busquem soluções para melhorar a harmonia da escola e, portanto, promover um ambiente mais seguro para todos.

9. O papel da família no combate da LGBTfobia

A família exerce um papel importante no combate à LGBTfobia. Assim como a escola, as famílias podem ser tanto uma fonte crucial de apoio quanto reprodutora de discriminação.

- O revelar-se como pessoa LGBT+ para os membros da família (“sair do armário”) pode ser um momento desafiador, tanto para os jovens quanto para a família. Essa etapa da vida de uma pessoa LGBT+ pode provocar medos e receios, devido às consequências negativas reais, tais como violência física/verbal, expulsão de casa, negligência ou perda do amor dos familiares.

- Nesse contexto, discussões abertas e diálogos com a família são fundamentais para combater atitudes negativas dos pais/responsáveis e outros familiares em relação às identidades LGBT+. A comunicação com a família é uma das principais chaves para superação da LGBTfobia, por seu potencial transformador ao desafiar crenças heterocisnormativas. Quando eficaz, a comunicação com os membros da família pode ajudar na sensibilização para o respeito à diversidade e a busca por desconstrução de preconceitos e promoção do apoio familiar [15].

- O apoio familiar funciona como um fator protetivo para a saúde mental de pessoas LGBT+, promovendo bem-estar psicológico e social, além de mitigar os efeitos negativos da discriminação. O apoio familiar, por exemplo, tem sido associado a resultados positivos para jovens LGBT+, como maior autoestima, menores níveis de depressão, menor frequência de abuso de substâncias e menor risco de tentativas de suicídio [16] [17].

- Famílias que expressam apoio incondicional tendem a reduzir os efeitos nocivos da LGBTfobia internalizada, um fenômeno em que indivíduos absorvem e dirigem a si mesmos os preconceitos e os estigmas negativos da sociedade contra suas próprias identidades sexuais e de gênero [18][19].

Além disso, o apoio familiar contribui para o enfrentamento do preconceito na sociedade. O suporte da família aumenta a resiliência contra LGBTfobia e favorece uma situação de vida melhor e mais positiva, por exemplo, a nível educacional e empregabilidade [20].

O apoio familiar pode atravessar a esfera individual e interna das famílias e se tornar uma ação coletiva. Um exemplo disso no Brasil são os movimentos sociais e ativismos políticos que envolvem famílias de LGBT+. Destaca-se nesse âmbito o "Mães pela Diversidade" (@maespeladiversidade), que pode ser cada vez mais divulgado e adotado por familiares de jovens de minorias sexuais e de gênero. Outro exemplo é a Associação de Pais e Mães de Homossexuais (GPH), criada em São Paulo para acolhimento e ajuda mútua [21].

As famílias desempenham um papel fundamental no combate à LGBTfobia e o envolvimento de pais, mães e responsáveis na luta contra o preconceito e a discriminação é essencial para melhorar o ambiente escolar. Na escola, são fundamentais ações como ampliação do dia da família, em adição ao dia das mães/pais; ações que visem promover a naturalização de famílias compostas por pais gays ou mães lésbicas e a inserção das famílias em projetos ligados a questões LGBT e ao combate da LGBTfobia. Essas ações colaboram para o enfrentamento da LGBTfobia e contribuem para a construção de uma escola mais diversa e inclusiva.

10. O papel da psicologia escolar no combate da LGBTfobia

- A psicologia escolar tem ganhado destaque no cenário da educação e cumpre um papel fundamental no combate à LGBTfobia, contribuindo para promover um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso, em que a convivência harmoniosa entre os estudantes seja priorizada.

- O psicólogo escolar tem o papel de identificar problemas emocionais e comportamentais que impactam e comprometem o processo de formação dos estudantes, fornecendo caminhos e estratégias preventivas e de suporte para superação [22]. Portanto, é de demanda urgente da psicologia escolar viabilizar ações sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas.

- O psicólogo escolar tem o papel de identificar problemas emocionais, comportamentais e contextuais que comprometem o processo de formação dos estudantes e fornecer estratégias preventivas e de suporte para superação [22].

- Nesse sentido, o profissional da psicologia deve estar atento à manifestação da violência na escola e promover ações que amenizem suas repercussões no desenvolvimento dos estudantes [23].

- O psicólogo deve buscar por práticas educativas que fomentem o respeito e a tolerância com relação à diversidade, em especial para a comunidade LGBT+, que é um grupo historicamente vulnerável ao preconceito, ao bullying e a discriminação na escola [23].

- Para atuar na comunidade escolar frente às questões relacionadas à LGBTfobia, como também acolher alunos LGBT+ que são expostos à violência, o psicólogo precisa estar preparado para exercer seu trabalho de forma ética e alinhada aos direitos humanos e que busque amparar sua atuação partindo das resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que orientam a prática profissional dos psicólogos relacionadas à diversidade sexual e de gênero, a saber:

Resolução CFP nº 01/1999, que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual".
Resolução CFP nº 01/2018, que "estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis".
Resolução CFP nº 08/2020, que "estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero".
Resolução CFP nº 08/2022, que "estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais".
Resolução CFP nº 16/2024, que "estabelece normas de atuação profissional de psicólogas e psicólogos junto às pessoas intersexo".

- Esses documentos buscam impedir que a prática psicológica seja instrumento de opressão, violência e naturalização de preconceitos, discriminações e discursos de ódio contra a diversidade sexual e de gênero [24].

- É fundamental que o psicólogo compreenda que demandas como as chamadas “terapias de conversão sexual” ou “cura gay” devem ser rechaçadas, pois além de não terem qualquer base científica, conduzem os sujeitos ao aniquilamento de suas subjetividades, sob o pretexto de uma possível cura, sendo que não há cura para algo que não é doença [25].

- Na escola, o psicólogo deve buscar compreender mitos, tabus, estigmas e preconceitos que impedem os educadores de abordar a diversidade sexual e de gênero. Posteriormente, ele poderá sugerir direcionamentos baseados na realidade, bem como ser um facilitador para que, coletivamente, pensem em estratégias de sensibilização sobre esses temas [26].

- Além do trabalho de sensibilização, o psicólogo deve atuar como uma rede de apoio para estudantes LGBT+ [27]. Embora a psicologia escolar não se confunda com a prática clínica, ainda assim o profissional deve exercer a escuta atenta, ao oferecer um espaço seguro para que esses alunos esclareçam dúvidas, partilhem suas angústias e se permitam explorar de forma autêntica sua orientação sexual e identidade de gênero [28].

- Além disso, o profissional da psicologia deve atuar com toda a comunidade escolar, realizando ações contínuas que envolvam alunos, professores, gestores, pais e demais membros da comunidade escolar, adotando diversas estratégias, **tais como**:

    - Organizar palestras, cinedebates, rodas de conversa, projetos e outras atividades com o objetivo de desmistificar questões relacionadas à sexualidade e gênero, além de abordar o preconceito e a violência LGBTfóbica. Como sugestão, essas atividades podem incluir apresentações de especialistas em sexualidade e gênero, discussões em grupo facilitadas por profissionais capacitados, exibição de filmes e documentários seguidos de debates, além de oficinas interativas que promovam a compreensão e o respeito pela diversidade.

- Desenvolver propostas de treinamento/capacitação/formação para que funcionários e docentes adquiram habilidades para reconhecer casos de LGBTfobia no cotidiano escolar e busquem soluções adequadas para cada situação.

- Disponibilizar materiais informativos sobre a LGBTfobia e os membros da comunidade LGBT+ abordando as particularidades de cada um dele.

- Colaborar na criação e implementação de políticas contra a discriminação de qualquer natureza junto à gestão escolar, de maneira a estabelecer procedimentos para lidar com episódios de LGBTfobia, definindo como deve ocorrer o acolhimento dos estudantes que são alvos da violência e as medidas educativas para os perpetradores, visando não só a consequência do comportamento, mas também a conscientização sobre suas ações.

- Realizar ações diagnósticas e pós-diagnósticas sobre a expressão do preconceito nas escolas e a efetividade das ações realizadas para o seu combate.

O psicólogo deve se tornar um aliado na proteção dos direitos da comunidade LGBT+ e assumir uma postura ativa no enfrentamento da LGBTfobia e de todas as formas de discriminação. A atuação da psicologia escolar representa um avanço significativo na educação, pois promove o bem-estar da comunidade escolar e o respeito em uma sociedade diversa.

11. Uma situação de LGBTfobia ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso?

Lidar com situações de preconceito costuma ser um desafio para muitos professores e demais membros da escola. Ocorrências de discriminação não devem ser ignoradas e é nosso papel agir diante delas. Abaixo reunimos dez orientações sobre o que fazer diante desses episódios.

1.Ouvir os envolvidos e acolher as vítimas

A primeira ação a ser tomada é escutar separadamente os envolvidos na situação, as possíveis vítimas, os agressores e as testemunhas:

- Diante de uma experiência de discriminação, é primordial fornecer escuta, acolhimento e apoio às vítimas da agressão. Procure proteger a vítima e demonstrar apoio e empatia frente ao sofrimento atrelado a essa situação, para que ela se sinta protegida e segura e possa expressar seus sentimentos sem medo de retaliação e julgamento. É importante que essa escuta seja em um lugar calmo e privado que ofereça sigilo e segurança para a vítima. Mesmo que o episódio de discriminação não tenha sido presenciado por você é importante chamar os envolvidos, demonstrar interesse em ouvi-los e acolher a vítima.

- Converse com os agressores. Ouvir os agressores é importante para compreender a raiz do problema e conscientizá-los sobre os danos causados pelo seu comportamento, bem como para adotar medidas educativas para prevenir ocorrências futuras de violência. É importante que fique claro para eles o posicionamento da escola frente às situações de discriminação, a gravidade de comportamento como esses e as consequências previstas.

- Além de acolher as vítimas e ouvir os agressores, é necessário um olhar cuidadoso para as testemunhas da violência, que podem ter sido impactadas emocionalmente, bem como podem esconder informações por temer retaliações ou serem as próximas vítimas. Portanto, é necessário oferecer um ambiente de escuta que transmita confiança e que garanta que medidas serão tomadas sem que estes sofram retaliações.

2.Fazer registros

Documente detalhadamente o que ocorreu, incluindo data, local, nomes dos envolvidos e uma descrição do que aconteceu. Esses registros são importantes para garantir que a situação seja tratada com seriedade e podem ser usados como base para ações posteriores e desdobramento dos casos em outras instâncias. No caso de agressores, é importante que essas informações estejam presentes também na ficha dos estudantes, pois é possível acessá-las em casos de manutenção do comportamento preconceituoso. No anexo 1, fornecemos um modelo útil para registrar ocorrências de preconceito na escola.

3.Informar à gestão escolar

Leve o caso ao conhecimento da direção ou da coordenação da escola. A gestão escolar deve estar ciente do ocorrido para que possa tomar as medidas administrativas necessárias, garantindo que a situação seja abordada de forma oficial e responsável.

4.Conversar com pais ou responsáveis

É importante também envolver os pais ou responsáveis dos alunos envolvidos. Um diálogo com as famílias pode ajudar a garantir que o problema seja compreendido e trabalhado em diferentes ambientes, incluindo escola e famílias. Todavia, antes de levar o caso para os pais ou responsáveis, é recomendado contatar primeiramente a coordenação, ou outros setores pedagógicos que possam dar segurança de como essa ação será recebida no contexto familiar a fim de não gerar ainda mais riscos, problemas ou conflitos para a vítima.

5.Promover medidas educativas

Junto com a gestão escolar, determine as medidas educativas apropriadas para quem praticou o preconceito. Essas medidas não podem ter um caráter apenas punitivista, pois, muitas vezes, a punição não leva o aluno a entender por qual motivo foi punido e qual a gravidade de suas ações. Inserir esses alunos em atividades educativas que promovam reflexões sobre preconceito, diversidade e diferenças pode ser mais positivo.

6.Realizar ações sobre diversidade e preconceito

Além das ações imediatas, é fundamental promover discussões e reflexões sobre preconceito com toda a comunidade escolar. Organize rodas de conversa, palestras ou atividades que conscientizem sobre o impacto negativo do preconceito e incentivem o respeito à diversidade, principalmente entre os alunos.

7.Desenvolver projetos contínuos na escola

Ações para lidar com o preconceito não devem ser realizadas apenas em momentos pontuais, quando ocorrem episódios de discriminação, ou apenas em datas comemorativas. É muito importante que projetos contínuos possam ser desenvolvidos durante todo o ano e sejam incluídos no projeto político pedagógico da escola.

8.Criar uma agenda de reuniões e trabalho na escola

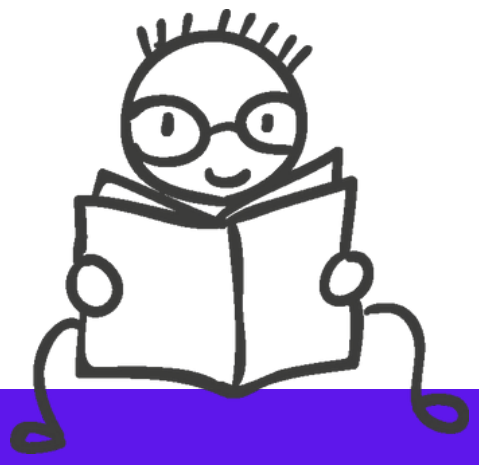
É fundamental criar uma agenda de reuniões, grupos de trabalho e comissões entre os profissionais da escola para organizar o trabalho contínuo de controle e prevenção do preconceito, dos conflitos e das violências. Esta agenda de reuniões e de trabalho deve envolver a colaboração de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais, que podem contribuir significativamente no enfrentamento das violências nas escolas. Incluir estudantes nessa agenda de trabalho, para que possam receber informações e ser o disseminador de ideias, pode ajudar a tornar as ações ainda mais eficazes.

9.Acompanhar os alunos ao longo do tempo

É importante continuar acompanhando os alunos envolvidos mesmo após a resolução de uma situação específica de discriminação e avaliar se os mesmos precisarão ser encaminhados para outros profissionais, como psicólogos clínicos. O acompanhamento contínuo demonstra aos estudantes que a escola se preocupa com o bem-estar de todos.

10.Buscar mais informações e apoio institucional

Pode ser difícil lidar com o preconceito quando não nos sentimos preparados ou não sabemos a quem recorrer. Por isso, buscar mais informações sobre esse tema é um passo importante. Existem livros, cursos, podcasts e muitos outros conteúdos de livre acesso que podem nos ajudar nessa tarefa. Também é fundamental acionar a escola, a rede de ensino e a secretaria de educação para buscar apoio institucional e solicitar o fornecimento de formação continuada adequada para o combate dessa violência.



12. Como combater a LGBTfobia na escola: intervenções e indicações materiais

Diferentes estratégias e intervenções podem ser adotadas no combate da LGBTfobia. Essas estratégias incluem ações como rodas de conversas, palestras, oficinas, projetos contínuos, uso de literatura infantojuvenil, materiais audiovisuais e canais de denúncia.

Rodas de conversa

As rodas de conversas podem contribuir para o combate à LGBTfobia, pois promovem espaços de diálogos e reflexões que ajudam a sensibilizar os estudantes sobre o tema. Encontros como esses permitem transmitir informações, promover a troca de experiências e sensibilizar os estudantes sobre a importância da diversidade e das diferenças.

Palestras

As palestras também podem ser utilizadas no combate à LGBTfobia. Esse tipo de evento oferece um espaço para que os estudantes e a equipe escolar obtenham informações de especialistas que ajudem a entender o tema de forma adequada. Além disso, essas ocasiões permitem que os estudantes façam perguntas e tirem dúvidas, criando um ambiente de aprendizado e diálogo.

Projetos contínuos

Projetos contínuos possibilitam que o combate à LGBTfobia seja constante e permanente, criando um ambiente em que essas discussões se tornem parte da rotina escolar. Esses projetos podem ser desenvolvidos de várias formas, incluindo oficinas, espaços de diálogos, cine-debates, atividades culturais, clubes de leitura com livros que abordam questões LGBT+, campanhas de conscientização, implementação de normas de convivência e de respeito, entre outros. Ações continuas nas escolas mobilizam e sensibilizam os estudantes durante todo o ano escolar e, consequentemente, produzem efeitos mais duradouros no combate à LBGTfobia.

Livros e literatura infantojuvenil

A literatura infantojuvenil, assim como filmes e documentários, é uma ferramenta importante para o combate à LGBTfobia e pode ser bastante útil para guiar debates, diálogos e projetos com os estudantes sobre o tema. Seguem algumas indicações:

- **Olivia tem dois papais (Marcia Leite, com ilustrações de Taline Schubach, 2010):**
  - Resumo: Olivia, como tantas outras crianças, tem dois papais. A história questiona se isso é um problema para ela;
  - Classificação indicativa: Livre

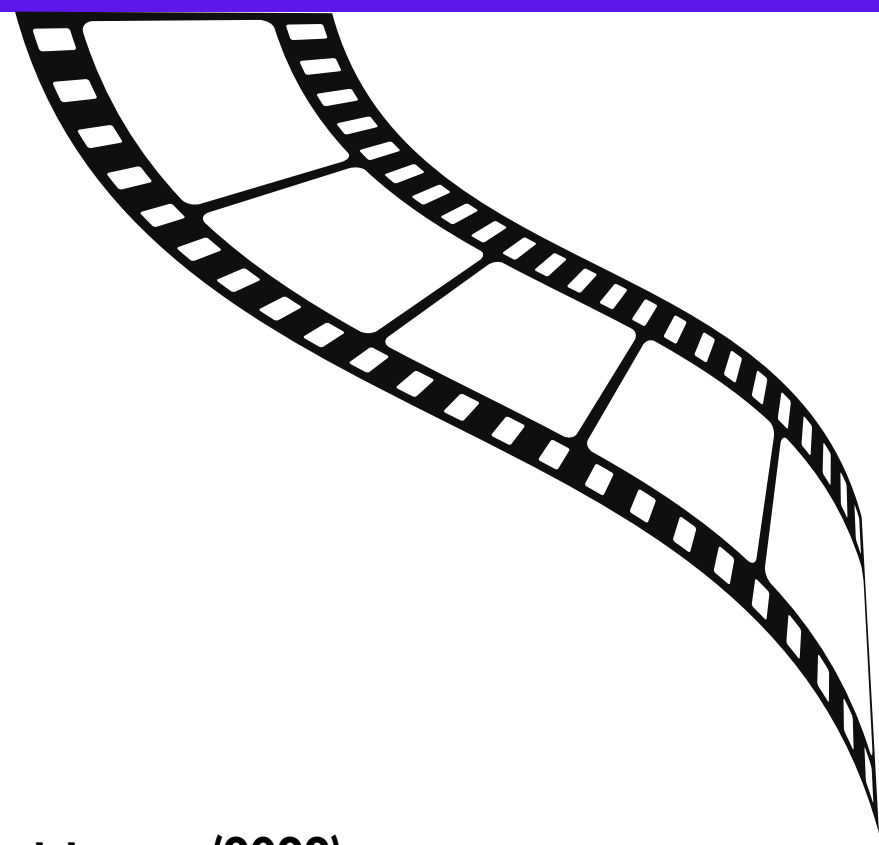
- **A princesa e a costureira (Janaína Leslão, com ilustrações de Júnior Caramez, 2015):**
  - Resumo: Uma princesa prometida para um príncipe decide que prefere ficar com a costureira por quem se apaixonou. Com a ajuda do próprio príncipe, elas lutam para ficar juntas;
  - Classificação indicativa:12 anos

- **O menino perfeito (Bernat Cormand, com tradução de Dani Gutfreund, 2017):**
  - Resumo: Um menino segue todas as expectativas sociais, mas tem um segredo: gosta de se vestir como menina;
  - Classificação indicativa: Livre

- **Heartstopper: dois garotos, um encontro (Alice Oseman, com tradução de Guilherme Miranda, 2021):**
  - Resumo: Nick e Charlie, dois garotos no ensino médio, começam a namorar e precisam enfrentar os desafios e eventos que essa decisão traz para suas vidas, abordando temas como amizade, amadurecimento, relacionamentos e transtornos alimentares.
  - Classificação indicativa: 12 anos

- **Minhas duas avós (Ana Teixera, 2022):**
  - Resumo: A partir da observação dos próprios netos sobre Ana e Paula, as duas avós da história e da vida real, o livro conta a história de duas mulheres muito diferentes, que vivem juntas na Casa das Formigas – um universo lúdico de imagens de duas avós que todos nós gostaríamos de ter.
  - Classificação indicativa: Livre

Filmes, Documentários e Séries



- **The Death and Life of Marsha P. Johnson (2017)**
  - Resumo: Um documentário sobre a vida de Marsha P. Johnson, uma das ativistas trans mais importantes na luta contra a discriminação da comunidade LGBT+.
  - Classificação indicativa: 14 anos

- **Moonlight (2016)**
  - Resumo: Um filme que segue a vida de um jovem negro homossexual enquanto ele navega pelas dificuldades de crescer em um ambiente hostil.
  - Classificação indicativa: 16 anos

- **Heartstopper (2022)**
  - Resumo: Os adolescentes Charlie e Nick descobrem que sua improvável amizade pode ser algo mais profundo. Ao mesmo tempo em que se apaixonam, os dois precisam lidar com as dificuldades.
  - Classificação indicativa: 12 anos

- **Pose (2018-2021)**
  - Resumo: Ambientada na Nova York dos anos 1980 e 1990, "Pose" explora a vida da comunidade LGBTQIA+, especialmente das mulheres trans negras e latinas, e a cultura do ballroom. A série aborda temas como HIV/AIDS, discriminação e resistência.
  - Classificação indicativa: 16 anos

- **Love, Simon (2018)**
  - Resumo: Simon é um adolescente que enfrenta o desafio de se assumir gay para seus amigos e família enquanto tenta descobrir a identidade de um colega anônimo por quem está se apaixonando online.
  - Classificação indicativa: 14 anos

- **Tomboy (2011)**
  - Resumo: Filme francês que aborda a identidade de gênero através da história de uma criança.
  - Classificação indicativa: 10 anos

- **Sobre (vivências) (2018)**
  - Resumo: Documentário que amplifica as vozes LGBT através de catorze histórias pessoais de enfrentamento ao preconceito de gênero e sexualidade, buscando criar uma experiência íntima para o espectador.
  - Classificação indicativa: Livre

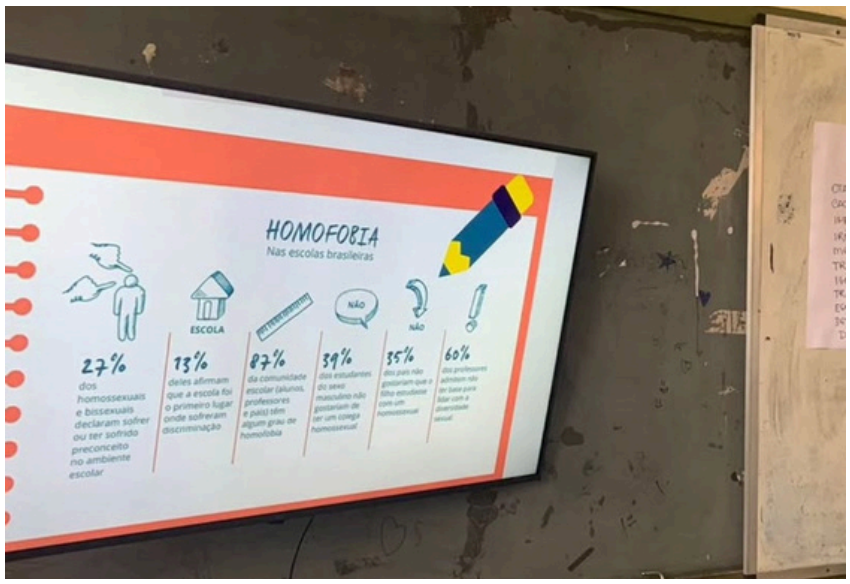
- **Megg - A Margem Que Migra Para o Centro (2018)**
  - Resumo: Documentário brasileiro que segue a jornada de Megg Rayara, uma artista transgênero, explorando seu ativismo, arte e impacto cultural.
  - Classificação indicativa: Livre

- **Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (2014)**
  - Resumo: Leonardo, um adolescente cego, começa a se apaixonar por um novo colega de classe, Gabriel, enquanto navega pela sua independência e relacionamentos.
  - Classificação indicativa: 12 anos

- **LGBTfobia: um olhar sobre um impacto (2013)**
  - Resumo: O documentário apresenta depoimentos sobre a influência da LGBTfobia na infância, abordando descobertas, aceitação e impactos psicológicos. A obra destaca a importância do diálogo e da educação sexual, e a urgência de combater o preconceito desde cedo.
  - Classificação indicativa: Livre

Ações e materiais do OPPES:

Ações foram feitas sobre o tema para falar com os adolescentes, trazendo em um primeiro momento uma pergunta para os alunos sobre as características atribuídas aos homens e as mulheres, posteriormente foi feita uma discursão sobre a lista que foi sendo formada.

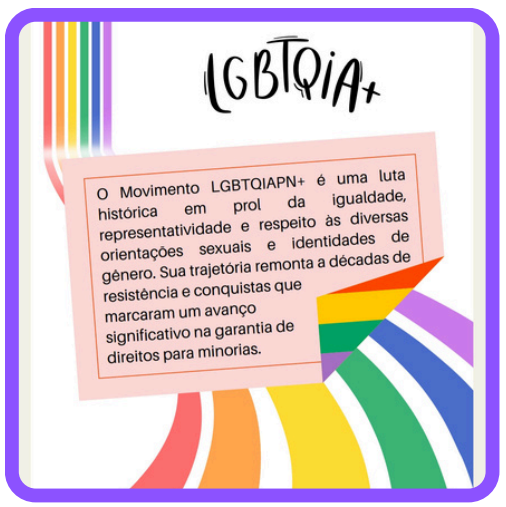


Depois dessa primeira interação foi apresentado o “biscoito da diversidade”, uma maneira encontrada de ilustrar os diferentes aspectos que compõem as identidades sexuais e de gênero.

Outra ação feita pelo OPPES foi feita a partir de discursões sobre situações hipotéticas de LGBTfobia, abordando com os alunos as consequências e possíveis ações de enfrentamento.

O Observatório Permanente de Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES) produziu a cartilha "Identidade de gênero e sexualidade", que aborda as identidades de gênero e sexuais e outras questões relacionadas à sexualidade.

QR CODE para ter acesso à cartilha:



Para aprender mais:

Gênero e Educação: Teorias e Práticas - Guacira Lopes Louro (1997)

- Um livro fundamental que aborda questões de gênero e sexualidade na educação, discutindo como as escolas podem ser espaços de inclusão.

Guia LGBTQIAP+ para a escola:

- Um guia para facilitar o entendimento de professores e professoras sobre a comunidade LGBTQIAP+.

Link: https://porvir.org/wp-content/uploads/2023/06/Guia-Porvir_LGBTQIAP-1.pdf

Manual de Educação LGBTI+

- Organizado por Toni Reis e Simón Cazal, é direcionado a profissionais de educação no ensino fundamental (anos finais, do 6º ao 9º ano) e ensino médio. Ele visa reduzir estigma, bullying, preconceito, discriminação, violência e evasão escolar enfrentados por estudantes LGBTQIAP+ nessa faixa etária.

Link:https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/manual-de-educacao-lgbti,921298df-6014-48e4-adc3-058db4642610

LGBTQIAP+ - Um Guia Educativo

- Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, o guia aborda conceitos, datas importantes e debates relevantes sobre a comunidade LGBTQIAP+.

Link:https://informatica.ifgoiano.edu.br/ifemmovimento/wp-content/uploads/2022/06/LGBTQIAP-Um-guia-educativo-Final.pdf

Diversidade de gênero: como conversar com as crianças?

- O site Ninhos do Brasil, voltado para mães e pais em fase de crescimento, oferece materiais informativos para discutir com crianças temas como diversidade de gênero, sexo e orientação sexual.

Link: https://www.ninhosdobrasil.com.br/diversidade-na-infancia

13. Canais de denúncias:

No Brasil, existem vários canais de denúncia para crimes de LGBTfobia. **Aqui estão alguns:**

- **Disque 190:** Serviço da Polícia Militar para denúncias no ato em flagrante do crime.
- **Disque 181:** Serviço da Polícia Civil. Através do 181 o crime é denunciado anonimamente.
- **Disque 100:** Serviço da Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania, disponível 24 horas para receber denúncias de violação de direitos humanos, incluindo LGBTfobia.
- **Delegacias Especializadas:** Muitas cidades têm delegacias especializadas em atender casos de crimes motivados por preconceito, incluindo LGBTfobia. Caso tenha sido vítima ou presenciou uma discriminação, é importante procurar a delegacia mais próxima.
- **Ministério Público:** O Ministério Público pode receber denúncias e investigar casos de discriminação e violência contra pessoas LGBT.
- **Centro de Referência de Direitos Humanos:** Muitas cidades possuem Centros de Referência em Direitos Humanos que oferecem apoio e acolhimento, além de orientar sobre como proceder em casos de violência.
- **Organizações Não Governamentais (ONGs):** Existem ONGs que atuam na defesa dos direitos da população LGBT+ e que podem ajudar a encaminhar denúncias e oferecer suporte emocional e legal.
- **Denúncia Online:** A "Delegacia Virtual", do Ministério da Justiça e Segurança Pública, permite que as pessoas denunciem de forma online casos de violência ou discriminação.

14.Relatório para registro de ocorrências de preconceito na escola.

RELATÓRIO PARA REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DE PRECONCEITO NA ESCOLA

Descrição:
Este relatório tem como finalidade registrar ocorrências de preconceito e discriminação na escola. O documento serve como uma ferramenta de monitoramento dos preconceitos e pode ser atualizado conforme as medidas e as ações adotadas pela escola após essas ocorrências. O preenchimento deste relatório é importante para a construção de um panorama a respeito desses conflitos e pode ajudar a planejar estratégias para combater os preconceitos e promover uma cultura de respeito nas escolas.

DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE FOI VÍTIMA DE PRECONCEITO:
Nome:_____
Turma/Série:_____ Idade: _____
Gênero:_____ Cor da pele:_____
Responsável:_____

DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE PRATICOU O PRECONCEITO:
Nome:_____
Turma/Série:_____ Idade: _____
Gênero:_____ Cor da pele: _____
Responsável:_____

INFORMAÇÕES GERAIS DO OCORRIDO:
Data: ___ / ___/ _____
Local do ocorrido:_____
Tipo de violência: _____

DESCREVA ABAIXO A OCORRÊNCIA DA SITUAÇÃO (O que aconteceu? Como aconteceu? Quando aconteceu? Desde quando acontece? Com qual frequência? Quem são os envolvidos?):

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

DESCREVA AS AÇÕES IMEDIATAS TOMADAS PELA ESCOLA (Por exemplo: o que a escola fez após receber a denúncia? Houve encaminhamento para alguma outra instituição? Se sim, qual?)

_____

_____

_____

_____

DESCREVA AS AÇÕES FUTURAS ADOTADAS PARA O ACOMPANHAMENTO DO CASO:

_____

_____

_____

_____

_____

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

_____

_____

_____

Carimbo da Instituição:

_____
Assinatura do(a) Redator(a)

15. Referências:

1. Coelho, G. G., Desidério, P. M. M., & Rocha, L. P. (2023). Afinal, o que é a LGBTFobia?. Revista brasileira de sexualidade humana, 34, 1115-1115.

2. Souza, E. M., & Pereira, S. J. N. (2013). (Re) Produção do Heterossexismo e Heteronormatividade nas Relações De Trabalho: a Discriminação de Homossexuais por Homossexuais. Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review), 14(4).

3. Nardi, H. C., Machado, P. S., Machado, F. V., & Zenevich, L. (2013). O "armário" da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Revista Teoria & Sociedade, 21(2), 179-200.

4. de Santana, P. F., & Rasera, E. F. (2018). Heterossexismo e a (in) existência lésbica:: opressão e enfrentamento em" Amor por direito". Revista de Psicologia da UNESP, 17(1), 34-49.

5. Nascimento, A. P. L., & Cruz, M. H. S. (2018). HETEROSSEXISMO E HETERONORMATIVIDADE COMO REGULAÇÕES DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO: EFEITOS PRODUZIDOS NO COTIDIANO. Interfaces Científicas-Humanas e Sociais, 7(1), 33-44.

6. Foucault, M. (1977). Historia de la medicalización. Educación médica y salud, 11(1), 3-25.

7. RIOS, Roger Raupp. O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002.

8. Silva, L. C. X. (2021). As populações LGBT+ nas políticas públicas de lazer do estado de Minas Gerais.

9. Santos, J. J., & Cerqueira-Santos, E. (2020). Homofobia e escola: Uma revisão sistematizada da literatura. Revista Subjetividades, 20, online em: 20/05/2020–online em: 20/05/2020. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iEsp1.e8734

10. Natarelli, T. R. P., Braga, I. F., Oliveira, W. A., & Silva, M. A. I. (2015). The impact of homophobia on adolescent health. Escola Anna Nery, 19(4), 664–670. https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150089

11. Vianna, C. (2018). Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências. Autêntica.

12. Pedra, C. B. (2020). Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro. Editora Appris.

13. Santos, R. B. R. dos, & Queiroz, P. P. de. (2021). Práticas pedagógicas interculturais: (re) conhecendo as diferenças em sala de aula. Educação (UFSM), 46(1). https://doi.org/10.5902/1984644440573

14. Lück, H. (2009). Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 1, 18.

15. Friedlander, M. L., Escudero, V., Welmers-van de Poll, M. J., & Heatherington, L. (2018). Meta-analysis of the alliance–outcome relation in couple and family therapy. Psychotherapy, 55(4), 356.

16. Vezedek, L. (2023). Entre corres e cores: fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua.

17. Ryan, C., Russell, S. T., Huebner, D., Diaz, R., & Sanchez, J. (2010). Family acceptance in adolescence and the health of LGBT young adults. Journal of child and adolescent psychiatric nursing, 23(4), 205-213.

18. Bouris, A., Guilamo-Ramos, V., Pickard, A., Shiu, C., Loosier, P. S., Dittus, P., ... & Michael Waldmiller, J. (2010). A systematic review of parental influences on the health and well-being of lesbian, gay, and bisexual youth: Time for a new public health research and practice agenda. The journal of primary prevention, 31, 273-309.

19. Meyer, I. H. (2016). Does an improved social environment for sexual and gender minorities have implications for a new minority stress research agenda?. Psychology of sexualities review, 7(1), 81.

20. Snapp, S. D., Watson, R. J., Russell, S. T., Diaz, R. M., & Ryan, C. (2015). Social support networks for LGBT young adults: Low cost strategies for positive adjustment. Family relations, 64(3), 420-430.

21. Novais, K. C. D. (2021). Lutar, amar e sofrer entre as Mães pela Diversidade. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 291-316. https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.13.a

22. Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. Psicologia: Ciência E Profissão, 32(spe), 104–123. Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

23. Cavalcanti, C., Carvalho, M. W. V., & Bicalho, P. P. G. (2019). A estranha liberdade de odiar: Uma análise do processo de ação civil pública contra a resolução 01/2018 do conselho federal de psicologia. Periódicus, 1(10), 231–249. Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

24. Cassal, L. C. B., Bello, H. L., & Bicalho, P. P. G. D. (2020). Enfrentamento à LGBTIfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. Psicologia: Ciência e Profissão, 39, e228516.

25. Conselho Federal de Psicologia. (2019). Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

Conselho Federal de Psicologia. (1999). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (Resolução CFP nº 01/99). Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

Conselho Federal de Psicologia. (2018). Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis (Resolução CFP n° 01/2018). Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

Conselho Federal de Psicologia. (2020). Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero (Resolução CFP n° 09/2020). Conselho Federal de Psicologia Disponível em:. Conselho Federal de Psicologia. (2022). Estabelece normas de atuação para pr

26. Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. Psicologia & Sociedade, 24, 557-566.

27. GUIMARÃES, E. B. D. M., SILVA, I. R. D., Ferreira, I. C. F., & Esperança, A. C. (2023). Projetos pedagógicos de curso em análise: Gênero e sexualidade na formação docente. Educação em Revista, 39, e41675.

28. Martinez, F. J. "Movimento feminista crítico de gênero": corpo, diferença sexual e disputas em torno da categoria mulher.

Observatório
Permanente dos
Preconceitos em
Escolas de
Sergipe

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE

FAPESE